

Audiências em Brasília discutem tentativa de proibição do uso da ayahuasca

Deputado Paes de Lira (PTC) entra com Projeto de Decreto Legislativo para sustar a Resolução do CONAD sobre o tema

Por **Bia Labate**

Recentemente, o Deputado Paes de Lira entrou com um Projeto de Decreto Legislativo para sustar a Resolução n. 1 do CONAD, de janeiro de 2010 ([veja aqui](#)). Essa Resolução é o mais importante documento que regulamenta o uso da ayahuasca no Brasil ([leia mais](#)). Com linguagem militar, clima de pânico moral e citando uma bibliografia científica ultrapassada, e ainda com edição tendenciosa, o deputado parece querer voltar vinte e cinco anos no tempo, desprezando, sem cerimônia, todos os debates ocorridos no Brasil e no mundo sobre o tema.

Paes de Lira, oficial da polícia militar, é do Partido Trabalhista Cristão (PTC), mini-partido originário do PRN, do ex-presidente Collor, que elegeu o costureiro Clodovil, recentemente falecido, como deputado federal. Paes de Lira afirmou que sua iniciativa estava ligada à “matança de Osasco”, referindo-se ao caso do recente assassinato do cartunista e líder daimista Glauco Vilas Boas por um ex-membro da sua igreja ([leia mais em português aqui](#) e em inglês [aqui](#)).

Dias 24 e 27 de maio ocorreram duas audiências na Câmara dos Deputados, em Brasília, para discutir este projeto. Os pontos críticos levantados pelo deputado, pelo representante da ANVISA, pelos pesquisadores da área e pelos próprios grupos religiosos presentes no encontro são os mesmos que têm permeado o debate nas últimas duas décadas: uso da ayahuasca por crianças e mulheres grávidas, interação com certos medicamentos antidepressivos, eventuais problemas no caso de pessoas com determinadas condições de saúde (por exemplo, pacientes cardíacos), falta de comprovação científica da eficácia terapêutica do uso da ayahuasca, comércio, turismo, propaganda, interação entre consumo da ayahuasca e outras substâncias psicoativas e, por último, a própria expansão do uso da ayahuasca para além das fronteiras amazônicas.

No primeiro dia, destaca-se a apresentação do General Uchoa, da SENAD, que fez um resumo do processo de regulamentação do uso da ayahuasca no Brasil, apontando os principais atores aí envolvidos. Também chamou a atenção a apresentação de Flavio Mesquita, presidente da UDV, que expôs com elegância o legado da obra de Mestre Gabriel e o papel histórico da UDV no processo de legitimação do

uso da ayahuasca no país. “É fácil fazer denúncias agora, falar de liberdade, fazer cobranças, quando antes existia o perigo real de ser preso. Meu filho ficou 18 anos afastado da comunhão do Vegetal”, comentou ele num momento de retrospectiva da sua vida de mais de 30 anos de hoasqueiro.

Na segunda audiência, chamou a atenção a comunicação informativa e ponderada de Luís Fernando Tófoli, psiquiatra diretor da Comissão Científica da UDV, que fez um bom resumo histórico da literatura científica sobre a ayahuasca, a qual, de acordo com ele, indica que o consumo desta se dá “com boa margem de segurança”. Ele lembrou, também, que este tipo de debate sobre políticas públicas não pode se reduzir a uma discussão biomédica: diz respeito, sobretudo, a questões de direitos humanos e ética.

Jair Araújo Facundes, juiz federal do Acre e membro de um dos centros do Alto Santo, roubou boa parte da cena, tanto em tempo, quanto na retórica e na articulação. Combinando teoria do direito e antropologia, deu uma aula sobre o direito à liberdade de culto religioso, a relação entre liberdades e direitos, e a importância de atribuir direitos especiais a certas minorias, “para que o diferente possa ser respeitado, e tratado de maneira igual”.

Facundes também ironizou o representante da ANVISA, que questionou a falta de controle da qualidade da ayahuasca e o seu suposto “risco sanitário”: “A ANVISA não controla a qualidade da cachaça do macumbeiro, e nem fiscaliza se quem preparou a hóstia estava usando uma toca adequada ou não. A ayahuasca é coisa religiosa. Não é medicamento ou droga lícita, está fora deste tipo de controle, e deve permanecer assim”, disse o magistrado. Vale lembrar que nos Estados Unidos a UDV conseguiu, após longa batalha, conquistar permissão legal para exercer as suas atividades religiosas, mas o governo norte-americano impôs uma série de limitações quanto às formas de armazenamento, transporte e distribuição da ayahuasca, que seriam impensáveis no contexto brasileiro. A audiência esteve permeada por acusações entre os grupos, no que já compõe tradicional tensão que ocorre neste campo religioso. Tais motivações e disputas tornam o debate, por vezes, moralizado e limitado.

É curioso notar que a maioria dos expositores presentes (inclusive alguns que não se apresentaram desta forma publicamente) são consumidores da ayahuasca, o que evidencia outra característica marcante deste campo no Brasil: um forte hibridismo entre ciência, religião e ativismo. As maiores novidades são a associação crescente do consumo da ayahuasca à “história do povo acreano” e o despontar da representação pública do Acre como o “berço das religiões ayahuasqueiras tradicionais” no cenário nacional. Por outro lado, observa-se a cristalização da força política do Alto Santo, que já havia

ocupado duas das seis cadeiras reservadas aos representantes de todos os grupos ayahuasqueiros do país no Grupo Multidisciplinar sobre a Ayahuasca (GMT) do CONAD, em 2006. Três membros desta "linha" (Jair Araújo Facundes, Antonio Alves e Cosmo Lima) participaram das recentes audiências em Brasília, o que certamente contrasta com a presença mais discreta destes grupos nos debates nacionais e internacionais que se deram nas décadas de 80 e 90. Esta nova configuração está ligada a um efervescente movimento cultural ora em curso, no Acre, de articulação entre alguns dos principais grupos ayahuasqueiros com os governos municipais e estaduais daquele Estado para pedir o reconhecimento do uso da ayahuasca como patrimônio cultural imaterial brasileiro.

Este processo é capitaneado pela deputada Perpétua Almeida, do PC do B -- que, não por acaso, foi escolhida como relatora do Projeto de Decreto Legislativo. Um acontecimento peculiar marcou as duas sessões, conferindo-lhe um caráter um pouco folclórico. Os representantes do Alto Santo e da UDV afirmaram não reconhecer a legitimidade representativa de um até então desconhecido grupo neo-xamânico do interior do estado de São Paulo, que tem seis anos de existência, e conseguiu um assento na audiência afirmando ser representante de uma "Federação Nacional da Ayahuasca".

Aguarda-se, no momento, o relatório da Deputada Perpétua Almeida sobre as audiências, e os próximos passos a serem seguidos. Esperemos que os membros da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado votem contra o projeto. O Deputado Paes de Lira manifestou recentemente que poderia desistir do projeto. Oxalá esta tosca tentativa de retroceder os direitos históricos conquistados pelos grupos ayahuasqueiros, e de deixar o país sem uma regulamentação específica para lidar com o assunto, seja marco de um novo momento de diálogo e aproximação entre as diferentes vertentes ayahuasqueiras.

--

Bia Labate é antropóloga (<http://bialabate.net>), Pesquisadora Associada do Instituto de Psicologia Médica da Universidade de Heidelberg e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre psicoativos (NEIP, www.neip.info).

Publicado originalmente em:
Labate, Beatriz C. "Audiências em Brasília discutem tentativa de proibição do uso da ayahuasca". São Paulo - SP: Casa Amarela, 2010.
11 de junho de 2010. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br>